

Polémica aquece com as “Agendas Mobilizadoras” Câmara do Comércio de P. Delgada rejeita responsabilidades na escolha das empresas

A Direção da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada (CCIPD) rejeitou quaisquer responsabilidades na definição dos valores destinados às empresas da região, previstos nas agendas do Plano de Resolução e Resiliência (PRR).

“A CCIPD não teve qualquer intervenção na decisão sobre os valores das agendas, nem tão pouco sobre as empresas e entidades que as integram”, esclarece a associação empresarial, em comunicado enviado às redações, na sequência da polémica em torno dos beneficiários dos apoios públicos.

A Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, presidida por Mário Fortuna, adianta que apenas colaborou com o Governo Regional na “coordenação das funções que viessem a ser consideradas úteis para o sucesso das candidaturas” e também “propondo medidas com impacto transversal”.

“A CCIPD propôs projetos com caráter transversal, que contemplasse as necessidades das microempresas como, por exemplo, as que compõem o alojamento local, melhorando a capilaridade dos eventuais apoios”, adianta

o mesmo comunicado.

A associação empresarial garante ainda que apenas colaborou com uma iniciativa que considerou ser “relevante e de interesse para a economia regional”, mas recusa a ideia de que tenha beneficiado umas empresas em detrimento de outras, uma vez que não teve qualquer “poder de decisão”.

“O trabalho da CCIPD centrou-se, essencialmente, na operacionalização das reuniões direcionadas para cada agenda, com um papel de entidade facilitadora, não tendo assumido qualquer responsabilidade na composição dos consórcios ou na decisão sobre as empresas que seriam incluídas nos mesmos”, insiste a Direção da associação.

A CCIPD reconhece que houve “pouco mais de um mês” para que os empresários apresentassem as suas candidaturas às agendas mobilizadoras do PRR, mas lembra que organizou reuniões com associados em São Miguel, Terceira, Faial e Pico e ainda disponibilizou informação aos associados através das habituais ‘newsletters’.

Na sexta-feira, o Governo dos Açores,

através da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, tinha emitido um esclarecimento sobre os possíveis beneficiários das agendas mobilizadoras do PRR na região, negando a existência de qualquer distorção nos apoios.

“Não corresponde à verdade que o Governo Regional dos Açores tenha selecionado ou preterido empresas, a qualquer título, sendo certo que a formação de consórcios foi voluntária e decorreu da iniciativa das próprias empresas”, explicou o titular da pasta, Bastos e Silva, no referido comunicado.

O governante recordou que o anúncio deste concurso, de âmbito nacional, foi formalizado, a 1 de julho, no site do PRR (<https://recuperarportugal.gov.pt/>), através do Aviso N.º 01/C05-101/2021, lamentando, porém, que os empresários açorianos não tenham aderido a esta iniciativa, ao contrário da mobilização que se verificou a nível nacional.

Assim, o Governo Regional dos Açores, reconhecendo a importância da submissão de Agendas

Mobilizadoras pelo setor privado regional, contratualizou com consultoras especializadas o apoio à elaboração de três agendas regionais, em setores abrangentes e de fundamental importância para a Região: Turismo, Agroindústria e Mar”.

Segundo o Governo de coligação (PSD/CDS/PPM), essas consultoras, em articulação com as câmaras do comércio de Angra, Horta e Ponta Delgada, apoiaram a elaboração destas agendas e a formalização dos respetivos consórcios, “agregando as diferentes entidades privadas que os pretenderam integrar, garantindo o apoio técnico e a apresentação de propostas de elevado mérito que podem vir a ser selecionadas e financiadas”.

Apesar destas justificações, o grupo parlamentar do PS na Assembleia Legislativa dos Açores já anunciou a realização de um debate de urgência, no plenário marcado para hoje, na sede do parlamento, na Horta, para esclarecer em que contexto surgem apoios do PRR apenas para determinadas empresas da região.

Câmaras de Comércio de Angra e Horta acusam a de P. Delgada de liderar todo o processo

A Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo (CAHA) e a Câmara do Comércio e Indústria da Horta (CCIH) emitiram ontem um comunicado conjunto, onde dizem que têm “assistido com grande surpresa e perplexidade à troca de acusações públicas entre a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada (CCIPD) e a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (SRFAP), tentando envolver todas as Câmaras de Comércio na responsabilidade das agendas mobilizadoras do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)”.

As duas Câmaras revelam que nunca tiveram contactos directos com o Secretário das Finanças e que a única informação que tiveram deste é que fossem as Câmaras do Comércio a liderar o processo.

“Mas, na prática, todo o processo foi liderado pela CCIPD. A prova irrefutável são os emails trocados entre estas Câmaras e uma colaboradora da CCIPD destacada para as agendas mobilizadoras. Neste processo, o melhor que a Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo conseguiu foi que uma sua colaboradora passasse a estar em conhecimento nos emails, com o acordo da CCIH que no momento

manifestou ter algumas dificuldades com os seus recursos humanos. Nada mais”, acusam os organismos de Angra e Horta.

E acrescentam: “Todos os encontros iniciais com as consultoras, no âmbito de cada uma das agendas, contaram com uma nota de abertura por parte do Doutor Mário Fortuna, ao que se seguiu uma intervenção do SRFAP, Eng.º Bastos e Silva, dando lugar a uma apresentação por parte da consultora responsável, encerrando a sessão o Doutor Mário Fortuna”.

As Câmaras de Comércio de Angra e Horta “não podem deixar de lamentar a postura de desresponsabilização da CCIPD, que, tendo total consciência da realidade, tenta agora “sacudir a água do capote”, num arremesso público de responsabilidades que pode colocar em causa a aprovação nacional deste importante envelope financeiro para a Região”.

“Não podemos deixar de realçar o papel essencial que teve o Dr. Arnaldo Machado neste processo, sem o qual tudo teria sido ainda mais opaco e lesivo dos interesses dos Açores. Um processo que foi pautado por falta de informação, falta de comunicação, falta de apoio e falta de aplicabilidade à si-

tução real dos Açores, de uma solução que se queria mobilizadora e não divisora”, lê-se no comunicado, que termina lançando alertas para os próximos fundos comunitários e do PRR.

S. Jorge também protesta

A Câmara de Comércio de São Jorge lamentou que apenas tenham sido consultadas nas Agendas Mobilizadoras do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) as suas congéneres de três ilhas, com os empresários da ilha ao “abandono”.

“Os empresários jorgenses subsistem sós, ao abandono das entidades com responsabilidade na região autónoma e deixados à sua sorte para promover o seu desenvolvimento. Das notícias tornadas públicas, (sobre o PRR), o que sobressai de forma clara, é que foram apenas consultadas as câmaras do comércio de três ilhas”, refere a direção da Câmara de Comércio de São Jorge, em nota de imprensa.

Segundo o organismo representativo, “assim se mobiliza o desenvolvimento açoriano, em reuniões apenas de alguns, apenas para algumas das ilhas”.

Para aquele organismo, este “mais

recente episódio, relativo às Agendas Mobilizadoras, vem reforçar as reivindicações dos empresários jorgenses, de tornar efetiva a necessidade de consulta e atenção do Governo Regional dos Açores a todas as ilhas, não apenas às antigas capitais de distrito”.

Para os empresários, constata-se “mais uma vez, que, quer seja pela alteração aos sistemas de transportes marítimos ou aéreos, quer pelas agendas anunciadas de investimento nas infraestruturas de transportes, a ilha de São Jorge foi abandonada pelas entidades com responsabilidade governativa desta região autónoma”.

Na sua perspetiva, os responsáveis governativos “recorrentemente decidem à distância e apenas na companhia de instâncias alheias a esta ilha e frequentemente contra os seus interesses”.

De acordo com aquele órgão, “ficou indelevelmente explícito no esclarecimento publicado pelo Governo Regional que este Governo decidiu consultar as associações empresariais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, argumentando que não escolheu empresas, mas declarando sem qualquer constrangimento que escolheu ilhas, ignorando outras”.